

As dinâmicas econômicas e socioespaciais em cidades pequenas: o caso de Guaranésia (MG)

Renata Vieira de Melo²⁷
Eduardo de Araujo da Silva²⁸

Introdução

Observa-se uma ampla quantidade de estudos acerca das cidades médias e das metrópoles, haja vista, tais núcleos urbanos possuem diversas complexidades socioespaciais, o que instiga um elevado número de pesquisadores a focarem estudos nessas dimensões do fenômeno urbano. No que se referem aos estudos das cidades pequenas, esses estão se multiplicando crescentemente, principalmente nos últimos anos. Evidencia-se a difusão de trabalhos acadêmicos sobre as cidades pequenas, o que revela o interesse e o esforço intelectual de pesquisadores para compreender o fenômeno urbano em sua totalidade.

No Brasil, dentre os esforços empreendidos no estudo das cidades pequenas, há: Santos (1979), que iniciou o debate das “cidades locais” para o entendimento das cidades pequenas; Sposito (1982), que analisou a temática a partir das migrações; Fresca (1990), que investigou as conexões e funções das cidades pequenas; Endlich (2006), que estudou as pequenas cidades a partir do papel e significados dessas; Wanderley (2001), que analisou as relações urbano-rural em cidades pequenas; Bernardelli (2004), que analisou a produção de moradia pelas cidades pequenas; Soares (2008), que ampliou a discussão dos planos diretores para as cidades pequenas; Roma (2008), que investigou a segregação socioespacial em cidades pequenas; Sposito e Jurado da Silva (2013), que buscaram conceituar as cidades pequenas; Andrade e Alves (2021) propõem uma profícua classificação para as pequenas cidades tendo como recorte empírico a região do Sul de Minas, dentre muitos outros estudos.

Face ao exposto, o presente capítulo tem como objetivo trazer discussões teóricas e resultados empíricos que favoreçam o estudo das cidades pequenas, sobretudo, acerca das dinâmicas econômicas desses núcleos urbanos. Para isso, apoia-se em diversos trabalhos acadêmicos que abordam o tema das cidades pequenas. Nosso recorte empírico é o

²⁷ Doutoranda em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: renata.vieirademelo78@gmail.com

²⁸ Doutorando em Geografia na Universidade Estadual Paulista, Câmpus Presidente Prudente (FCT/UNESP). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). E-mail: eduardosilva.geografia@gmail.com

município de Guaranésia, localizado na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à metodologia, para a realização deste capítulo, foram consideradas abordagens teóricas e procedimentos metodológicos de pesquisas em Geografia, com foco no tema “cidades pequenas”. Para tanto, houve a revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses. Para compreender o município de Guaranésia e suas dinâmicas econômicas, houve o levantamento de dados secundários em órgãos institucionais. Para o levantamento histórico-geográfico, houve coleta de dados e informações em documentos oficiais e trabalhos acadêmicos. Foram realizados trabalhos de campo. *In loco*, durante essas atividades foram registradas fotografias e descrições.

Os estudos urbanos sobre as cidades pequenas

Para atingir a compreensão do fenômeno urbano em sua totalidade, faz-se necessário ampliar os estudos sobre as cidades pequenas. Concordamos com Endlich (2006), ao afirmar que não contemplar as pequenas cidades seria ignorar parte do conhecimento acerca do limiar de cidade. De acordo com a autora:

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para se discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e a não cidade. As pequenas cidades são localidades em que tais requisitos se apresentam ainda com patamares mínimos. (ENDLICH, 2006, p. 85).

Tendo isso em vista, julga-se fundamental avançar nas discussões teóricas e empíricas acerca das cidades pequenas, no entanto, reconhecem-se as dificuldades na conceituação, em função da própria caracterização do que é rural e do que é urbano, assim como a complexidade decorrente das definições de cidade. Vale ressaltar que o estudo aprofundado acerca do conceito de cidade pequena, já foi proposto e avançado por Sposito e Jurado da Silva (2013).

Questionamentos recorrentes nos estudos das cidades pequenas se dão por variados motivos, por exemplo, a (in)validade no uso de parâmetros, que, às vezes, tornam-se insuficientes para conceituação desses espaços urbanos, já que não elucidam a realidade da dinâmica das cidades em sua totalidade. Para exemplificar, o uso do tamanho demográfico como único parâmetro para definir e/ou classificar as cidades pequenas, homogeneizando-as, e correndo a um reducionismo conceitual. Ademais, as cidades pequenas são distintas

entre si, uma vez que cada realidade urbana apresenta suas singularidades, podendo ser relacionado ao porte demográfico e territorial, às dinâmicas econômicas, à estrutura intraurbana, à inserção na rede urbana regional e no sistema urbano nacional, dentre outros fatores. (SPOSITO; JURADO DA SILVA, 2013).

No que tange à categorização das cidades como pequenas, médias ou grandes, de fato, o critério demográfico é amplamente utilizado, e para fins de amostragem esse parâmetro se apresenta importante. Para o caso das cidades pequenas brasileiras, Corrêa (1999), Fresca (2001), Sposito e Jurado da Silva (2013) entendem que um número máximo de 50 mil habitantes no município pode ser adequado para a amostragem. Contudo, como destacado pelos autores, devem ser relevadas as particularidades e a situação geográfica de cada localidade, já que nem todos os municípios com até 50 mil habitantes possuem cidades pequenas em seus territórios.

Isso que dizer que utilizar o porte demográfico como parâmetro único seria insuficiente para a conceituação de cidades (sejam as pequenas, médias ou grandes), pois se corre o risco de uma interpretação superficial a partir de um reducionismo.

O perigo da generalização conceitual foi colocado por Milton Santos (1979) ao entender que o fenômeno urbano é um fenômeno qualitativo, que apresenta determinados aspectos morfológicos e funcionais. Portanto, entende-se que o uso do critério demográfico ajuda a esclarecer o estudo das cidades, desde que esteja associado a mais variáveis, inclusive as qualitativas. Conforme o autor, “[...] um marco numérico é sempre artificial; os marcos reais são os funcionais; isto porque só a partir de um certo estágio de desenvolvimento e dinamismo é que a cidade se define” (SANTOS, 1979, p. 15).

No que toca aos aspectos qualitativos, as cidades pequenas são evidentemente marcadas pelas relações rural-urbano e campo-cidade; observa-se que há uma ampla variedade de casos de formações socioespaciais de cidades pequenas, ou seja, particularidades no que se refere à gênese de cada espaço urbano; nas cidades pequenas devem existir um mínimo de funções urbanas para atender às demandas principais da população do município em que estão localizadas; e, geralmente, observa-se atividades econômicas que acarretam interações espaciais das cidades pequenas em múltiplas escalas. Tais aspectos devem ser levados em conta quando se estuda uma determinada cidade pequena.

No extenso território brasileiro, vê-se um amplo sistema urbano composto por múltiplas redes, que, em menor ou maior grau, estão estruturadas hierarquicamente,

principalmente nos termos econômicos e político-administrativos. Entretanto, há de se considerar que, no contexto da globalização e da reestruturação produtiva, as cidades pequenas também começam a apresentar interações espaciais que extrapolam as redes urbanas – relações transversais (SPOSITO, 2007) –, assim como os mesmos processos espaciais evidenciados nas cidades médias e grandes, embora em menores proporções.

Catelan (2013) aponta para o complexo quadro de interações espaciais interescolares das/nas cidades e nas redes urbanas. Para o autor, são nas redes urbanas que as interações espaciais ganham sentido e forma, e também são nelas que ocorrem as articulações entre o local e o global. Em suas palavras:

No âmbito da rede urbana, as funções e os papéis das cidades são definidos num vaivém de lógicas, interesses e dinâmicas intrínsecas à reprodução do capital, cujo movimento advém do processo de articulação das escalas. Geram interações espaciais interescolares que explodem na estrutura hierárquica da rede, aparecendo pontos no espaço que mostram maior complexidade que se pensados sob seus níveis hierárquicos. São escalas, principalmente a regional, que não somente sobrevivem, mas se transformam em essência diante de movimentos como o avanço de agentes econômicos globais. É a rede se complexificando, os tempos se sobrepondo, os espaços se (re)significando e as interações espaciais se densificando (CATELAN, 2013, p. 67).

As cidades pequenas, por meio das interações espaciais, se inserem na economia global. Cabe salientar que isso ocorre por causa da atuação dos agentes econômicos em múltiplas escalas. Assim, “Chegamos às redes de cidades como núcleos emergentes no sistema internacional, o que subverte uma hierarquia convencionada entre cidades pequenas e médias, a partir dos interesses econômicos globais” (DAMIANI, 2006, p. 140).

Face ao exposto, para tratar a temática das cidades pequenas na contemporaneidade, faz-se necessário abordar as novas dinâmicas econômicas e socioespaciais desses espaços, que estão cada vez mais integrados aos sistemas urbanos das escalas nacional e global, uma vez que esses núcleos estão mais dinamizados por múltiplos circuitos.

O conjunto de objetos e ações a imbricados à informação tem um papel decisivo nessas transformações, pois propiciam maiores relações entre do local com o global (SANTOS, 2006 [1996]). Com isso, surgem novas possibilidades de integração e organização entre as cidades de diferentes dimensões; as redes urbanas se intensificam; e os centros urbanos de menores portes demográficos e territoriais, as cidades pequenas, e menores papéis e funções – as denominadas “cidades locais” (SANTOS, 1979) –, tornam-se

decisivamente relevantes para o funcionamento dos modos de produção e para reprodução ampliada do capital em escala global.

As alterações cíclicas do capitalismo vão moldando as cidades e remodelando arranjos espaciais diversos, assim como, o movimento da sociedade estabelece relações diferenciadas que induzem as transformações espaciais. Isso quer dizer que a caracterização de uma cidade pequena deve estar associada à sua inserção em uma determinada área, região e rede urbana, sendo fundamental analisar as relações internas (escala do intraurbano), assim como as interações externas estabelecidas com outras cidades (escala do interurbano), que (re)definem sua posição no espaço regional e na rede urbana (CORRÊA, 1994).

Fresca (1990, 2001) e Corrêa (1999) consideram fundamental a análise do contexto histórico que cada localidade está inserida, dessa forma, é possível identificar os papéis e funções das cidades pequenas, bem como as relações existentes no interior dessas na(s) rede(s) urbana(s) regional(is). Assim se torna possível a análise que abarca a produção do(s) espaço(s) e as relações sociais estabelecidas no processo histórico.

O estudo por meio dos movimentos temporais demonstra ainda mais a complexidade do fenômeno urbano quando se associa às interferências de processos como a globalização e seus efeitos nas diversas escalas historicamente. Isso, pois, a globalização tende marcar as desigualdades inerentes ao capital e transformar o espaço urbano, criando uma série de arranjos (econômicos, sociais, políticos e culturais) que contribuem para a redefinição dos papéis e funções desempenhados pelas cidades (SANTOS, 2006 [1996]). Tendo isso em vista, Santos (2006 [1996]) afirma que as “cidades locais” têm sentido transformações expressivas em suas dinâmicas econômicas ao longo do tempo.

Santos (1979, p. 71, grifo do autor), tratando da cidade local, entende que essa “[...] é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”, e, dessa maneira, “[...] poderíamos então definir a cidade local como uma aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas. De toda uma população, função esta que implica em uma vida de relações” (p. 71).

Apesar das cidades pequenas serem repletas de singularidades, há características que podem ser consideradas comuns, em função da inserção dessas na economia e cultura global, a partir do processo de globalização/mundialização (SANTOS, 2006 [1996]). No que tange ao processo de globalização, Corrêa (1999) afirma que:

A globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente sobre as formas, funções e agentes sociais alterando-os em maior ou menor grau e, no limite substituindo-os totalmente. Trata-se de uma reestruturação espacial que se manifesta no plano mais geral, na recriação das diferenças entre regiões e centros urbanos, assim como nas articulações entre ambos e entre os centros (CORRÊA, 1999, p. 44).

Conforme Endlich (2006), a divisão do trabalho, a capacidade de consumo e a economia de mercado são fatores indispensáveis na análise das pequenas cidades, já que é necessário reconhecer que essas localidades sofrem influência e são resultado da divisão territorial e social do trabalho provocada pelas contradições engendradas pelo capital, que amplia as diferenças e desigualdades socioespaciais.

Face ao exposto, levando em conta o referencial teórico levantado por nós, consideramos fundamental analisar as cidades pequenas a partir dos seguintes critérios: porte demográfico (número de habitantes) e territorial (tamanho em área do território urbano); funcional, sendo as atividades desempenhadas nas escalas do intraurbano e interurbano (por exemplo, qual a importância dessas cidades para a população local e para a economia em diversas escalas); contexto político, econômico, social e cultural; e relação urbano-rural e campo-cidade.

Consideramos fundamental o aprofundamento da discussão temática das cidades pequenas, como essas estão inseridas, articuladas e conectadas às dinâmicas econômicas de diversas escalas, compondo o modo de produção capitalista e sofrendo transformações em sua estrutura social e espacial.

O campo e a cidade: espaços separados ou espaços complementares?

A reestruturação produtiva do campo e a industrialização-urbanização causaram múltiplas transformações no espaço rural-urbano, tornando os debates das relações campo-cidade ainda mais expressivos nos estudos geográficos. As mutações provocadas por esses processos resultaram em novas dinâmicas econômicas, sociais, políticas e culturais, havendo, dessa maneira, a emergência de novas perspectivas teórico-interpretativas e metodológicas.

Por muito tempo, os espaços urbano e rural foram concebidos como separados, dotados de papéis e funções distintos. De modo geral, o espaço urbano (a cidade) era concebido como o suporte e meios das atividades comerciais, de serviços e para a indústria,

enquanto ao espaço rural (o campo) era vislumbrado como o suporte das atividades agropecuárias. Todavia, essa visão dicotômica foi sendo superada, uma vez que entraram em voga novas perspectivas analíticas que indicam ora continuidade, ora sobreposição, assim como a dialética entre rural-urbano e campo-cidade, possibilitando novas análises.

Haja vista, a dicotomia urbano-rural tem sido “substituída pelos novos relacionamentos entre o urbano e o rural, retratando as interdependências funcionais e espaciais e a necessidade de promover uma maior integração e complementaridade territorial” (MARQUES, 2003, p. 507).

Observa-se que os pares dialéticos rural-urbano e campo-cidade são melhores compreendidos se analisados a partir das relações estabelecidas interna e externamente entre si, como também é torna-se necessário a análise dos aspectos relacionados aos avanços científicos, tecnológicos e informacionais, que são disseminados de forma desigual dentro da dinâmica espacial capitalista, configurando espaços mais complexos (SANTOS, 2006 [1996]).

Revelando os aspectos que influenciam e configuram os espaços, Santos (2006 [1996]) aponta para o potencial das inovações humanas na apropriação e transformação dos lugares. Segundo o referido autor:

Os últimos séculos marcam, para a atividade agrícola com a humanização e a mecanização do espaço geográfico, uma considerável mudança de qualidade, chegando-se recentemente, à constituição de um meio geográfico a que podemos chamar de meio técnico-científico-informacional, característico não apenas da vida urbana, mas também do mundo rural, tanto nos países avançados como nas regiões mais desenvolvidas dos países pobres (SANTOS, 2006 [1996], p. 88).

Sendo assim, concordamos com Santos (2006 [1996]), ao revelar que as condições atuais do meio técnico-científico-informacional auxiliaram na aproximação entre o campo e a cidade e entre rural e urbano. As relações estabelecidas entre essas ambas as esferas causaram uma maior diversidade socioespacial em termos de organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes e sujeitos que os compõem, dificultando ainda mais distinções.

Conforme Schneider (2006), o processo de modernização tecnológica, a expansão de atividades não-agrícolas, assim como a expansão das cidades sobre o campo, são elementos que causaram transformações dos espaços rurais. Dessa forma, surgiram novas perspectivas de análise, que visam o surgimento das novas ruralidades e funcionalidades do campo.

As novas ruralidades são compostas por atividades desenvolvidas no campo sem vinculação direta com o setor agropecuário, sendo: o turismo rural (chácaras de lazer,

pesqueiros, hotéis fazenda), moradias secundárias para as classes médias e altas, ocupações ligadas à prestação de serviços (como jardineiro, caseiros) (SCHNEIDER; VERARDI FILHO, 2000), dentre outras, que destacam as múltiplas funções e potencialidades desses espaços. De acordo com Carneiro (1997):

Não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era tradicionalmente definido como 'rural', mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos 'naturais', por exemplo) e das práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do chamado mundo rural (CARNEIRO, 1997, p. 158, grifo do autor).

Vale ressaltar que existem perspectivas de análise vinculadas às particularidades dos espaços rurais, associando atividades próprias dessas localidades. Parte-se do princípio de que cada lugar participa dos processos econômicos e sociais de uma determinada maneira, sendo assim, ruralidades são criadas de acordo com a configuração espacial particular de cada espaço, pois há “particularidades que podem ser constatadas por meio das atividades econômicas, das formas de ocupação do espaço, da paisagem, dos atores, das relações de trabalho e das representações sociais” (MOTA; SCHMITZ, 2002, p. 393).

Em sua, entende-se a notada relevância de reconhecer que nas relações campo-cidade e rural-urbano. Observa-se a ocorrência de mutações no espaço geográfico promovem a complementaridade e simultaneamente. Contudo não se negam as particularidades de cada localidade, os papéis, as funções, as características do campo e da cidade.

A mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e o município de Guaranésia: características e dinâmicas econômicas

O Brasil está dividido em mais de 5,5 mil municípios. Esse amplo quadro se apresenta heterogêneo. Isso quer dizer que, para desvelar o espaço geográfico nacional, torna-se necessário analisar as características regionais e as articulações existentes na rede urbana, frente aos arranjos espaciais e suas mudanças ao longo do tempo, conforme mencionamos nos tópicos anteriores. O nosso recorte empírico, o município Guaranésia, compõe a mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (também denominada como Sul de Minas), no Estado de Minas Gerais. Dessa forma, iremos analisar tanto o município quanto a mesorregião.

Na segunda metade do século XIX, a produção cafeeira se expandiu em diversas localidades sul-mineiras, e, na contemporaneidade, a região do Sul de Minas é reconhecida como a maior produtora de café do país (CASTILHO, 2008). O desenvolvimento dessa

atividade advém de características físico-territoriais da região, como: relevo topográfico e clima propícios para o desenvolvimento da cafeicultura; a localização/situação geográfica, já que a região é fronteira dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o que propicia maior fluxo de escoamento dos produtos por meio dos fixos (os modais de transporte), que são as linhas férreas e as redes de transporte rodoviário interestadual (FREDERICO, 2014).

Observam-se centros de negociação especializados e uma rede logística composta por diversos modais de transporte que compõem o circuito espacial produtivo sul-mineiro. Na região se encontram armazéns para estocar elevados volumes de café, e corretoras, exportadoras, cooperativas para negociar o mesmo. Por sua vez, as transportadoras efetuam o escoamento do grão (FREDERICO, 2014). Tais objetos geográficos compostos de elevadas densidades técnicas e normativas, caracterizam-se como estruturas capazes de agilizar o armazenamento, circulação e distribuição dos produtos.

Nesse contexto histórico e geográfico, a cafeicultura se destaca como principal atividade agrícola na mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas. Cerca de 25% (670.734 toneladas) do volume nacional de café (arábica) é produzido na região (IBGE, 2017a). Ademais, a produção cafeeira é importante tanto para o setor agrícola, quanto para os setores industrial, comercial e de serviços, já que para atender as demandas da cafeicultura, indústrias e serviços especializados estão localizados no Sul de Minas.

A produção cafeeira também molda as dinâmicas socioespaciais no Sul de Minas, já que para atender as demandas de mão de obra dessa atividade, as relações rural-urbano e campo-cidade são fortalecidas. Evidencia-se que os residentes dos pequenos núcleos urbanos suprem as demandas de mão de obra nas fazendas produtoras de café, como é o caso do município de Guaranésia.

O município de Guaranésia-MG (Figura 1) tem uma população estimada em 19 mil habitantes (IBGE, 2021). Conforme Melo (2021), cerca de 1,8 mil pessoas habitam o campo, trabalhando no cultivo de produtos como café, soja, milho, cana-de-açúcar, legumes, frutas e verduras.

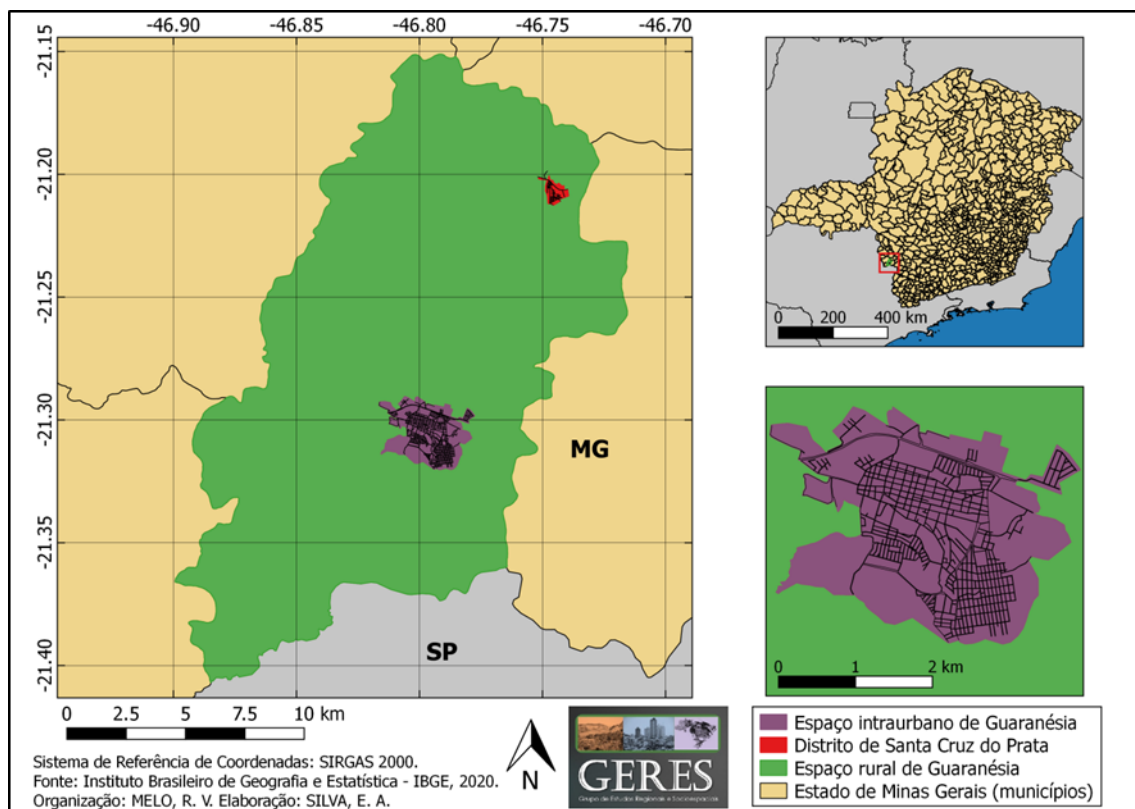


Figura 1 – Mapa de localização do município de Guaranésia-MG.

Fonte: IBGE (2020). Organização e Elaboração: autores.

Guaranésia está inserido na Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG (Figura 2). Guaxupé é cidade-polo para nove municípios de sua região imediata, estando hierarquicamente subordinada à Varginha-MG, que é a cidade média de maior influência na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. Por sua vez, Varginha é cidade-polo para 82 municípios de sua região geográfica intermediária (IBGE, 2017b).

Vale ressaltar que, em 2020, cerca de 44% dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Varginha possuíam menos de 10 mil habitantes, e 55% continham entre 10 e 50 mil habitantes. O restante apresentava acima de 50 mil habitantes. Os dois maiores municípios em porte demográfico eram Varginha e Passos, com 136 mil e 115 mil habitantes respectivamente (FJP, 2020). Portanto, pode-se inferir que a grande maioria dos municípios da Região Geográfica Intermediária de Varginha possui porte demográfico pequeno.

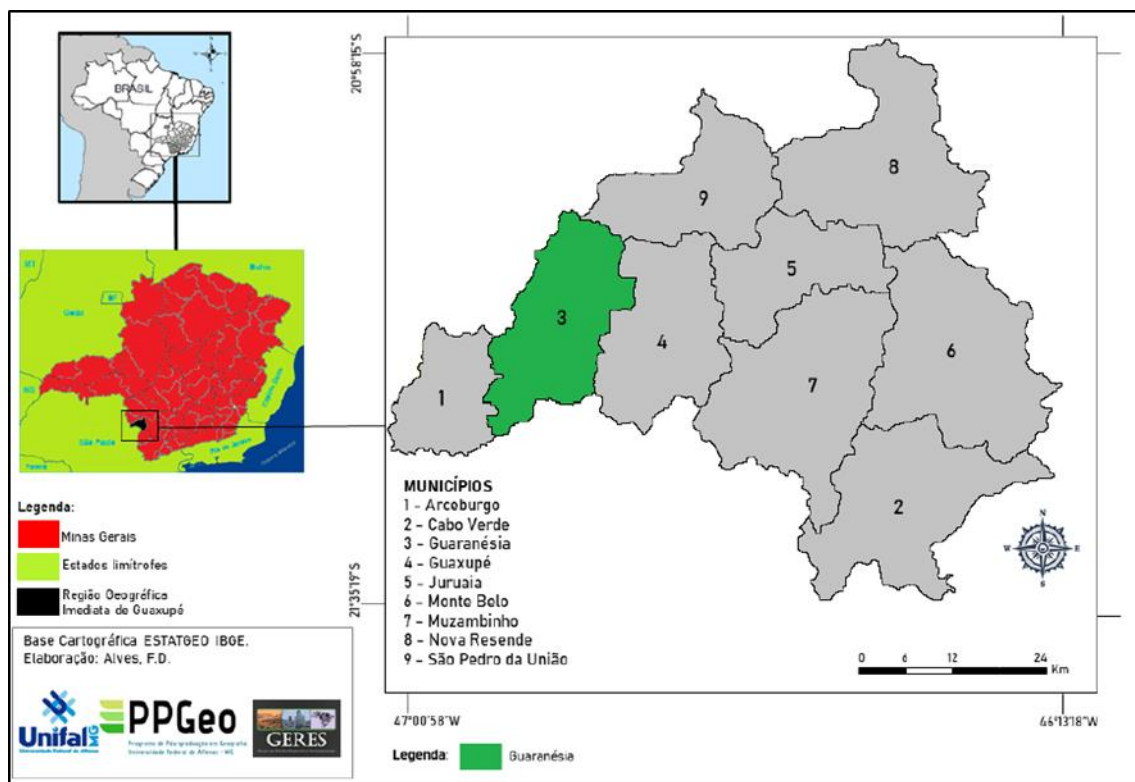


Figura 2 – Mapa da Região Geográfica Imediata de Guaxupé-MG.

Fonte: IBGE (2014). Elaboração: Flamarion Dutra Alves (2021).

No que tange à produção agrícola de Guaranésia, o município possui 563 estabelecimentos agropecuários que ocupam uma área de 5.3 mil hectares, desse total, 293 estabelecimentos produzem o café (Figura 3), o que corresponde a uma área de total de 4.8 mil hectares, com produção de 5.6 mil toneladas do produto. Cabe salientar que o agronegócio cafeeiro atinge amplamente o espaço agrário local, que é, em grande parte, composto por agricultores familiares. Cerca de 96% desses produtores participam das dinâmicas do agronegócio, conforme demonstrado por Melo (2021).



Figura 3 – Lavouras de café em Guaranésia, 2021.

Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

O café produzido localmente é exportado para diversos países, principalmente por meio de cooperativas, como a Cooxupé – a maior cooperativa de café do mundo – que atua em toda a região. A Cooxupé tem sua sede localizada em Guaxupé-MG, município limítrofe que está hierarquicamente superior ao município de Guaranésia, influenciando nas ações econômicas desse último. Atualmente, a Cooxupé apresenta mais de 14 mil cooperados, sendo 95% destes produtores que vivem da agricultura familiar (MELO, 2021).

Ademais, as interações espaciais na mesorregião, entre as cidades locais e cidades intermediárias facilitam as negociações e escoamento do café. Isso ocorre por meio de escritórios, transportadoras e portos secos (localizados em grande parte nas capitais regionais do Sul/Sudoeste de Minas), pela compra de maquinários e insumos para produção (localizados em grande parte nas cidades médias).

O café é uma *commodity* negociada em bolsas de valores, com produção padronizada e voltada às demandas externas. Devido à isso, as denominadas relações transversais (SPOSITO, 2007), ou interações espaciais interescares (CATELAN, 2013), são promovidas na região do Sul de Minas.

Observa-se que as cidades pequenas sul-mineiras, como o caso de Guaranésia, participam da economia nas escalas nacional e global por meio do agronegócio cafeeiro, tendo como apoio a gestão e os serviços dispostos nas cidades médias e nas capitais regionais da região, como Varginha-MG, Pouso Alegre-MG e Poços de Caldas-MG.

Pode-se inferir que há um conjunto de agentes envolvidos no processo de especialização produtiva, sendo os gestores responsáveis pela configuração territorial e dinamização econômica, que adequa a economia regional ao capital financeiro internacional. A produção local e regional, nesse contexto, torna-se muito mais complexa em termos organizacionais, em importância econômica e financeira no território, ao mesmo modo em que também crescem a vulnerabilidade e a instabilidade territorial (SANTOS, 1979). Em razão disso, os agentes econômicos locais e regionais encontraram em Minas Gerais as condições propícias para sua territorialização. Contudo, cabe salientar que a economia da região pode se encontrar dependente e subordinada aos interesses do capital internacional, pois “uma região especializada em tal cultivo é, desta forma, extremamente vulnerável à ações e interesses exógenos” (PEREIRA, 2014, p. 239).

Além do setor agropecuário, a economia de Guaranésia é composta pelos setores atrelados à indústria de transformação, comércio e serviços especializados, que produzem grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) do município. Do total do PIB do município (476,9 milhões de reais), 229,2 milhões corresponde às atividades de comércio e serviços (48%), 172,3 milhões às atividades industriais (36%) e somente 14,4 milhões (3%) corresponde às atividades agropecuárias (IBGE, 2019).

No setor industrial, estão presentes indústrias de capital estrangeiro, como uma fábrica de origem italiana, que produz acessórios para máquinas agrícolas (cabines, toldos, plataformas, chassi e braços) e acessórios para movimentação de solo. O comércio e serviços correspondem, em grande parte, às atividades que atendem o setor agropecuário local e regional.

O cultivo de cana-de-açúcar em Guaranésia

Atualmente, a produção de cana-de-açúcar ocupa uma área equivalente a 1.050 hectares, e produz cerca de 78.7 mil toneladas do produto (IBGE, 2020). Devido aos programas governamentais Proálcool, Proterra, Polonordeste, Sudam, Sudene, dentre outros, que incentivaram a produção canavieira para a produção de álcool, a expansão da área de cultivo da cana-de-açúcar e o crescimento de destilarias se tornou evidente em boa parte do território nacional.

Em termos de área plantada, o estado de São Paulo é o maior produtor do cultivo ocupando o primeiro lugar com 4,5 milhões de hectares, em segundo o estado de Goiás com 971,6 mil hectares, Minas Gerais é o terceiro com 854,2 mil hectares e Mato Grosso do Sul é o quarto com 637,2 mil hectares. A produção de canavieira nos quatro estados na safra de 2020/2021 foi de 354,3 milhões de toneladas em São Paulo, 74,1 milhões de toneladas em Goiás, 70,5 em Minas Gerais e 48,9 milhões de toneladas em Mato Grosso do Sul (CONAB, 2021).

A produção canavieira em território mineiro não apresentava relevância até o início na década de 70 do século XX, devido à importância dada em outras atividades econômicas do estado, vinculadas aos produtos minerais, à pecuária de corte e de leite e à produção de café e de grãos. Contudo, o estado foi crescentemente beneficiado pelas subvenções do Proálcool, que estimulou a expansão dos canaviais (RODRIGUES; ROSS, 2020), transformando as bases espaciais historicamente organizadas pelos agentes hegemônicos

ligados à cafeicultura. Desde então, o setor sucroalcooleiro compartilha espaço com a produção cafeeira, moldando as dinâmicas econômicas e socioespaciais no estado.

Referente à produção canavieira em Guaranésia, essa foi iniciada na década de 1970, e foi impulsionada em 1983, quando houve a instalação da Destilaria Alvorada do Bebedouro em razão da difusão do programa governamental Proálcool. O empreendimento custou o equivalente a R\$1.239.000,00 no período, sendo financiado pela extinta Caixa Econômica de Minas Gerais (FRANCO, 2018).

O empreendimento agroindustrial (Figura 4) ocupou uma área de 5 alqueires de terra, e sua produção canavieira contava com mais 5 mil alqueires (FRANCO, 2018). Durante anos, o grupo empresarial Alvorada do Bebedouro obteve seu ápice econômico com as instalações, porém suas ações foram vendidas, tendo seu nome alterado para Alvorada do Bebedouro Açúcar e Álcool. Após as negociações de transferência, a empresa entrou em um período de declínio financeiro, e, em meados dos anos 2000, e seu nome começou a ser associado a recorrentes polêmicas advindas de elevadas dívidas com fornecedores, empregados, prestadores de serviços, entre outros.



Figura 4 – Instalações da destilaria, desativada e abandonada, 2021.

Fonte: Arquivo pessoal de Renata Vieira de Melo. Fotos registradas em trabalho de campo.

Antes do declínio, a territorialização da produção canavieira havia abarcado propriedades no sistema de arrendamento, empregado centenas de habitantes locais, atraído imigrantes para a prática do corte de cana, contratado serviços tecnológicos e maquinários agrícolas para suprir as demandas de produção. No entanto, em 2015, quando o grupo empresarial responsável decretara falência, os envolvidos foram lesados financeiramente. Segundo o sindicato dos produtores rurais de Guaranésia (FRANCO, 2018), só no município, cerca de 230 produtores arrendam terras para a destilaria. Além de produtores de Guaranésia, proprietários de outros seis municípios da região também arrendavam terras para a empresa.

Tabela 1 – Quantidade Produzida (em toneladas) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG.

Produto x Anos						
Produto	1980	1990	2000	2010	2014	2017
Café	2.430	4.709	3.388	8.237	6.516	4.675
Cana	15.730	288.000	105.600	209.100	246.820	9.000

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

Observa-se na tabela 1 que a produção de cana-de-açúcar no município já havia expressividade anos 80, obtendo seu auge próximo do declínio da atividade, em 2015. É possível correlacionar esse período com a expansão e posterior retração da área plantada, como demonstra a Tabela 2:

Tabela 2 – Área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar e café, em Guaranésia-MG.

Área x Anos					
Produto	1990	2000	2010	2014	2017
Café	5.236	4.400	4.160	3.503	3.435
Cana	3.600	1.600	2.550	3.010	180

Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 2017a).

A tabela 2 mostra que houve a diminuição da área plantada do café enquanto se elevou a área plantada de cana-de-açúcar ao longo das décadas, e que, durante o auge da plantação canavieira sobre o domínio da Destilaria Alvorada do Bebedouro, as áreas plantadas da cana-de-açúcar e as de café atingiram patamares aproximados. Pode-se inferir que boa parte dos produtores locais optou por arrendar suas terras para a Destilaria, já que custos da produção cafeeira são consideravelmente elevados.

Considerações finais

Apesar de Guaranésia apresentar população e território urbano de pequeno porte, menores papéis e funções na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas, o município encontra-se inserido em dinâmicas econômicas das escalas nacional e global, já que suas atividades econômicas principais são dos setores secundário e terciário, que atendem, em grande parte, às atividades agropecuárias da localidade e região; assim como os cultivos de produtos agrícolas, sendo o café para a exportação, e a cana-de-açúcar para atender o setor sucroalcooleiro, apesar do declínio dessa atividade nos últimos anos.

Em sua, podemos dizer que Guaranésia se enquadra como uma das “cidades do agronegócio” (ELIAS; PEQUENO, 2005), pois sua função principal evidentemente se associa às demandas produtivas dos setores da agricultura moderna, e que nela se realiza a materialização das condições gerais de reprodução ampliada do capital do agronegócio.

Na mesma linha, tendo como base a classificação proposta por Andrade e Alves (2021), podemos considerar que Guaranésia se enquadre como uma pequena cidade de atividades “rurais da Agricultura Comercial e Agronegócio” (p. 80). Isso porque no Sul de Minas há predominância das práticas agropecuárias voltadas às agroindústrias da região. A classificação proposta por esses autores favorecem um melhor entendimento das particularidades encontradas nas cidades pequenas localizadas no Sul de Minas.

Referências

ANDRADE, Alexandre Carvalho de; ALVES, Flamarion Dutra. A Geografia das pequenas cidades no Sul de Minas Gerais: uma proposta classificatória. In: MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. (Orgs.). **A geografia das pequenas cidades: estudos teóricos e práticos** – Rio de Janeiro: Libroe, 2021. 286 p. ISBN 978-65-991247-7-8 Disponível em: <doi.org/10.35417/978-65-991247-7-8>. Acesso em 10 jun. 2022.

BERNARDELLI, Mara Lúcia Falconi da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva - SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004. 350 f.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. As estradas de ferro do sul de Minas. **Revista de História Econômica e Economia Regional**. Juiz de Fora, v.7, n.12, 2012.

CASTILHO, Ricardo. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2008, Santa Cruz do Sul RS. **Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, RS: Unisc, v. 1, 2008.

CATELAN, Márcio José. **Heterarquia Urbana: Interações espaciais interestaduais e cidades médias**. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013. v. 1. p. 291.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da Safra Brasileira- Cana-de-Açúcar**. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana>. Acesso em: 25 dez. 2021.

CORREIA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira. In: **Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 323-359.

_____. Globalização e Reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, v. 6, n. 6, p. 43-53, jan. jun., 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de.; ARROYO, Mónica.; SILVEIRA, Maria Laura. (Orgs.). **América Latina: cidade, campo e turismo**, p. 135-147, 2006.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Espaço urbano no Brasil agrícola moderno e desigualdades socioespaciais. **Terra Livre**, v. 2, n. 25, p. 13-33, 2005.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no Noroeste do Paraná**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, 2006. 505 f.

FRANCO, David. **Museu Histórico de Guaranésia**: Hemeroteca Digital da Imprensa de Guaranésia-MG. 2018. Disponível em: <https://guaranesiameorias.wordpress.com/destilaria-alvorada-do-bebedouro/>. Acesso em: 01 jan. 2020.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37-48, jan./abr. 2014.

FRESCA, Tânia Maria. **A dinâmica funcional da rede urbana do oeste paulista**. Estudo de casos: Osvaldo Cruz e Inúbia Paulista. 1990. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 2990. 282 f.

FRESCA, Tânia Maria. Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino da Geografia. **Revista Geografia**, Londrina: UEL, vol. 10, n. 01, 2001. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo700677-em-defesa-dos-estudos-das-cidades-pequenas-ensino-de-geografia. Acesso em: 6 mai. 2021.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Aspectos Demográficos da Região Geográfica Intermediária de Varginha**. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/07/01.09_Inf_CEP_Demografia_07_2020-1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. 2017a. Disponível em: <http://www.sidra.gov.br> Acesso em: 2 jan. 2022.

_____. **Divisão do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 set. 2021

_____. **Produção Agrícola Municipal**. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao->

agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em: 25 jul. 2021

_____. **Estimativas da População**. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 8 dez. 2021.

MARQUES, Teresa Sá. Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais. **Revista da Faculdade de Letras - Geografia**, 1 Série, Vol. XIX, Porto, p. 507-521, 2003.

MELO, Renata Vieira de. **Territorialização dos agrotóxicos na agricultura familiar no município de Guaranésia-MG**. 2021. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021. 168 f.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heriberth. Pertinência da categoria rural para análise social. **Ciências Agrotecnicas**, v. 26, nº 2, 392-399, 2002.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. “Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do cerrado mineiro”. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía** 23 (2): 239-254, 2014.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. Uberlândia : EDUFU, 2020. 272 p.

ROMA, Cláudia Marques. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. 137 f.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. [1996]. São Paulo: Edusp, 2006. 2. ed. 259p.

SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas, pluriatividade e desenvolvimento rural no Brasil. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA RURAL/ALASRU, 7. **Anais...** Quito, Ecuador, p. 01-19, 2006.

SCHNEIDER, Sérgio.; VERARDI FILHO, Marco Antônio. As atividades rurais não-agrícolas e as transformações do espaço rural: perspectivas recentes. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá (Colombia), v. 1, nº 44, p. 11-44, 2000.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Planos diretores em municípios de pequeno porte: reflexões a partir de experiências multidisciplinares. **Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 15, p. 13-24, 2008.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Migração e permanência das pessoas nas cidades pequenas: os casos de Pirapozinho e Álvares Machado na Alta Sorocabana**. 1982. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1982. 238 f.

SPOSITO, Eliseu Savério; JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. **Cidades Pequenas:** perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão popular**, v. 1, p. 233-253, 2007.